



**SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

Data, horário e local: 08 de dezembro de 2015, das 9h às 18h – Sala de Educação Corporativa, SDH, 10º andar; 09 de dezembro de 2015, das 9h às 18h - Sala de Reuniões da Plenária, SDH, 10º andar - Secretaria Especial de Direitos Humanos – SCS-B, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A.

Pauta: Anexo I / **Lista de presença:** Anexo II

Ausências: Rede Nacional Internúcleos de Luta Antimanicomial – Ivarlete Guimarães de França e Ingrid Pereira Quintão.

A instalação do Plenário na manhã do dia 09 de dezembro foi atrasada por solicitação de um dos membros em vista da falta do quórum previsto no Regimento Interno do CNPCT.

1) Diálogo com o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

Foram apresentados os relatórios do MNPCT referentes às visitas ao Maranhão e ao Rio Grande do Sul e foi dado informe sobre a visita ao Ceará.

O perito do MNPCT destacou os seguintes pontos para contribuição do CNPCT a respeito das visitas realizadas: a) Rio Grande do Sul: Acompanhamento da medida cautelar, Plano de Retirada da Brigada Militar do PCA, Reorganização do PCPA (demolição dos prédios sob risco crítico de desabamento); b) Maranhão: Acompanhamento da medida cautelar, Incidência sobre o fim da revista vexatória, Diálogo sobre a terceirização do sistema prisional, Audiências de custódias; c) Ceará: Diálogo com os demais atores que realizaram visita ao sistema socioeducativo do Ceará (CNDH, CONANDA, CNMP), Chamamento para ingresso no SNPCT, Recomendação ao Governador do Estado do Ceará para criação do Mecanismo estadual de Prevenção e Combate à Tortura.

O Comitê Nacional adotou os seguintes encaminhamentos para contribuir com o trabalho do Mecanismo Nacional:

Será realizada reunião da Mesa Diretora com a Assessoria Internacional da SDH sobre os casos relacionados à tortura e sistema penitenciário tratados no Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Serão convidadas autoridades dos Governos dos Estados do Ceará, Maranhão e Rio Grande do Sul e órgãos parceiros para sessões futuras do CNPCT, no intuito de acompanhar a implementação das recomendações elaboradas pelo MNPCT.

Será designado um, ou mais, relator do CNPCT para sistematizar as informações e sugerir ações do CNPCT para preparação das reuniões com os governos.

Serão realizadas audiências temáticas pelo CNPCT em Brasília. A primeira a ser realizada será sobre o sistema socioeducativo.

Serão realizadas audiências públicas e visitas de seguimento aos estados a serem priorizados pelo CNPCT, em parceria com organizações locais e com representação de um ou dois membros do Comitê Nacional.

Será realizada atividade de formação com a APT até final de fevereiro de 2016, com programação a ser definida pela Mesa Diretora junto com a APT e o MNPCT.

Será buscado o engajamento da Academia nos trabalhos do CNPCT.

Foi sugerido ao MNPCT que elabore um sumário executivo dos relatórios de visita, com as principais recomendações.

O CNPCT manifestou seu interesse de participar, dentro de toda medida do possível, de audiências públicas no Congresso Nacional na perspectiva de prevenção à tortura.

1. Participação do CNPCT na 2ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia

O CNPCT designou o membro pela CUT, Expedito Solaney, para representá-lo na 2ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia.

Foi registrado o interesse dos ouvidores de polícia de participar das reuniões do CNPCT.

Decidiu-se convidar a representação do FNOP para as próximas reuniões ordinárias.

2. Definição de estratégia para estimular a criação de comitês/comissões e mecanismos estaduais de prevenção e combate à tortura.

Será enviada uma minuta de ofício de apresentação do CNPCT e do MNPCT ao MPF e ao Conselho Federal da OAB para encaminhamento aos Ministérios Públicos Estaduais e às Seccionais Estaduais da OAB.

A Coordenação-Geral de Combate à Tortura fará as minutas dos ofícios aos Governos dos estados, que serão assinados pelo CNPCT, para criação e fortalecimento de comitês e mecanismos estaduais. O representante pela Pastoral Carcerária, Paulo Malvezzi, elaborará uma minuta de Recomendação sobre diretrizes para constituição e funcionamento de comitês e mecanismos estaduais de prevenção e combate à tortura, para apresentação na próxima reunião ordinária.

O CNPCT buscará promover audiências públicas nos estados priorizados para criação dos Comitês e Mecanismos estaduais, são eles: São Paulo, Tocantins e Sergipe.

Este item de pauta deve constar na agenda das próximas reuniões.

3. Discussão sobre os caminhos do CNPCT diante da atual crise política nacional.

Os membros do CNPCT expressaram seu firme entendimento de que os trabalhos do CNPCT constituem uma política de Estado e devem ter seguimento independentemente da conjuntura política nacional.

4. Discussão sobre como potencializar a participação da sociedade civil nas atividades do CNPCT.

O calendário anual de reuniões, após definição do CNPCT, será publicado com antecedência no sítio eletrônico da SDH.

Órgãos que não compõem o CNPCT poderão enviar propostas de inclusão de item de pauta a serem recebidas pela Mesa Diretora, para análise, com 15 dias de antecedência à reunião ordinária.

Está sendo criado um *mailing list* do CNPCT e as organizações da sociedade civil poderão enviar endereços eletrônicos de pessoas e órgãos com interesse na pauta de prevenção e combate à tortura para recebimento de notícias sobre os trabalhos do CNPCT.

O CNPCT estudará formas de aprofundar a participação da sociedade civil, inclusive mediante realização de consultas públicas.

5. Discussão sobre Extermínio.

Será apresentada à Mesa Diretora uma minuta de Nota Pública do CNPCT em relação às chacinas ocorridas em 2015 no Ceará, Rio de Janeiro e Bahia. A minuta será elaborada pelos representantes da SEPPIR, IBCCRIM, REDES DA MARÉ e AMB.

O CNPCT decidiu aprofundar a discussão sobre tortura e formas conexas de violência sofridas pela juventude negra.

6. Aprovação da Recomendação sobre Privatização do Sistema Carcerário Brasileiro.

Foi aprovada a Recomendação nº 02 do CNPCT sobre a Privatização do Sistema Carcerário Brasileiro, cuja cópia consta em anexo. A CGCNPCT tomará as providências para publicação.

7. Aprovação da Recomendação sobre o papel fiscalizatório da Defensoria Pública e demais órgãos de defesa dos direitos dos adolescentes em unidades de internação socioeducativas.

Este ponto ficou pendente de deliberação do Plenário e será incluído como ponto de pauta da próxima reunião ordinária.

8. Apresentação do relatório do caso Dyonathan Celestrino e aprovação dos encaminhamentos sugeridos pelo relator.

O CNPCT solicita que a Mesa Diretora avalie os encaminhamentos possíveis sugeridos pelo relatório.

9. Aprovação da Recomendação ao CNJ de estudo/pesquisa sobre tema de funcionários denunciados por prática de tortura, afastados ou demitidos, que acabam sendo reinseridos por determinação da justiça do trabalho.

O CNPCT e representante do CNJ decidiram realizar reunião conjunta a ser agendada para janeiro de 2016 para discutir a possibilidade de elaborar uma Resolução Conjunta, tendo como documento de base para análise a proposta de recomendação deste ponto de pauta.

Será enviado ofício ao Ministério Público do Trabalho de São Paulo com o relatório sobre o acompanhamento do caso da Fundação Casa para efeitos de averiguação dos acontecimentos e da tomada de providências respectivas.

10. Organização dos trabalhos:

10.1. Estruturação dos trabalhos de 2016.

Foi elaborada agenda tentativa de reuniões ordinárias do CNPCT para 2016: 23 e 24 de fevereiro, 13 e 14 de abril, 15 e 16 de junho, 31 de agosto e 01 de setembro, e 26 e 27 de outubro, 14 e 15 de dezembro.

10.2. Nova composição do CNPCT.

Decidiu-se realizar uma Reunião Extraordinária no dia 19 de janeiro de 2016 a fim de avaliar a questão do chamamento público para nova composição do CNPCT.

Será publicada Consulta Pública sobre o Chamamento Público anterior no sítio eletrônico da SDH a fim de obter subsídios para elaboração do regramento do Chamamento Público de 2016.

A CGCNPCT fará um levantamento dos modelos de composição e recondução de membros de órgãos colegiados vinculados ao governo federal, a fim de que seja analisado na Reunião Extraordinária de 19 de janeiro de 2016.

10.3. Aprovação das deliberações Ad Referendum do Plenário.

Este ponto de pauta ficou pendente de apresentação ao Plenário. As atas das reuniões da Mesa Diretora com sugestões de deliberações *Ad Referendum* do Plenário foram enviadas por e-mail aos membros do CNPCT.

10.4. Criação dos Grupos de Trabalho sugeridos pela Mesa Diretora: I. Grupo de Trabalho para elaboração do Relatório de Atividades Anual do CNPCT; II Grupo de Trabalho para avaliação dos dados do Disque 100 sobre tortura.

Este ponto de pauta ficou pendente de deliberação e será incluído na próxima reunião ordinária.

10.5. Informe sobre encaminhamentos pendentes.

Este ponto de pauta ficou pendente de apresentação ao Plenário. A planilha com os encaminhamentos realizados e pendentes foi enviada por e-mail aos membros do CNPCT.

10.6. Aprovação das atas da 3ª, 4ª e 5ª reuniões ordinárias.

Este ponto de pauta ficou pendente de aprovação e será incluído na próxima reunião ordinária.

10.7. Informe sobre mailing list.

Os membros e observadores do CNPCT enviarão endereços eletrônicos de pessoas e órgãos com interesse na pauta de prevenção e combate à tortura para recebimento de notícias sobre os trabalhos do CNPCT.

11. Indulto sobre mulheres encarceradas

Foi aprovada Nota Pública nº 06 do CNPCT sobre a concessão do Indulto Natalino a mulheres encarceradas. A CGCNPCT providenciará sua publicação no sítio eletrônico da SDH.